

V!RUS

revista do nomads.usp
nomads.usp journal
ISSN 2175-974X
CC BY-NC

a cidade e os outros
the city and the others
SEM1 2013

SOBRE INSTRUMENTOS PARA A AÇÃO DIRETA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

LÍGIA MILAGRES

Lígia Milagres é arquiteta pela UFMG (2008), mestre pelo Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (2011) e doutoranda na mesma instituição. Investiga a auto-organização e o poder de decisão de grupos de moradores na produção do espaço urbano. Seus focos de interesse são: planejamento e gestão na escala microlocal, iniciativas coletivas e organizações autônomas.

Como citar esse texto: MILAGRES, L. M. X. SOBRE INSTRUMENTOS PARA A AÇÃO DIRETA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO. **VIRUS**, São Carlos, n. 9 [online], 2013. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus09/secs/submitted/virus_09_submitted_5_pt.pdf>. [Acessado em: dd m ano].

Resumo

Este artigo discute a possibilidade de ação direta e auto-organizada de grupos de moradores urbanos nas decisões da produção do espaço microlocal¹. Para tanto, parte-se da problematização feita por Marcelo Lopes de Souza (2006 e 2012) acerca dos limites da relação entre movimentos sociais urbanos e Estado e do potencial da atuação proativa da sociedade civil no planejamento e na gestão do espaço junto com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado. O artigo desenvolve, ainda que experimentalmente, um argumento em favor da atuação dos movimentos contra o Estado, a partir da discussão do caso de um grupo de moradores

¹ A presente discussão vem sendo desenvolvida no contexto da pesquisa de doutorado da autora (2012- 2016), realizada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da professora Ana Paula Baltazar dos Santos. O artigo foi elaborado a partir do trabalho final da disciplina *Arquitetura como interface*, ministrada pela mesma professora, considerando seus valiosos apontamentos, orientações e críticas.

de uma favela em Belo Horizonte e dos apontamentos críticos de autores anarquistas acerca da estrutura do Estado. A partir da noção de interface (ANA PAULA BALTAZAR, 2007, 2012, 2013; ANA PAULA BALTAZAR E SILKE KAPP, 2006, 2009), o artigo conclui apontando alguns elementos que contribuiriam para a formulação de alternativas aos instrumentos conduzidos pelo o Estado, favorecendo a auto-organização e a experiência da autonomia por parte de grupos de moradores.

Palavras-chave: produção do espaço urbano, grupos de moradores, ação direta, auto-organização

Movimentos sociais, grupos de moradores urbanos e a crítica ao Estado

O tema da revista VIRUS número 9, "a cidade e os outros" é oportuno para se discutir a atuação protagonista da coletividade dos habitantes urbanos na produção do espaço da cidade. O termo "produção do espaço" é utilizado a partir da discussão dialética de Henri Lefebvre (1973, 1974). O autor considera que a produção do espaço tem um papel central na reprodução do capitalismo e da estrutura política heterônoma. Essas estruturas se mantêm e se reproduzem por meio da produção do espaço e, ao mesmo tempo, podem ser transformadas a partir de alterações nessa produção. Nesse contexto, a crítica à heteronomia do aparelho do Estado – como a crítica anarquista, que será apresentada adiante – oferece elementos importantes para a discussão desse processo de transformação, questionando a hierarquia presente nos procedimentos de tomada de decisão.

A centralidade do Estado nos processos de planejamento e de gestão urbanos é criticada pelo autor Marcelo Lopes de Souza, que argumenta em favor da atuação dos *movimentos sociais* como protagonistas desses processos, ou seja, como agentes com capacidade de propor e implementar alternativas socioespaciais e não apenas como parceiros do Estado. O autor apresenta três tipos de atuação dos movimentos: *junto ao Estado, apesar*

*do Estado e contra o Estado*². O presente artigo busca discutir especificamente a atuação contra o Estado, a partir do caso de um grupo de moradores de favela em Belo Horizonte – que será apresentado mais adiante.

Souza afirma que os movimentos sociais urbanos colocam em risco a sua autonomia quando atuam em parceria com o Estado. Para o autor, esse risco se deve à tendência de enquadramento das experiências dos movimentos nos moldes dos procedimentos do poder público. Ou seja, ainda que sejam formulados ou conduzidos por governos de esquerda, os processos de participação institucionalizados podem ser uma armadilha que anula o potencial das práticas dos movimentos. O autor chama esse processo de “cooptação estrutural”, uma ameaça a “todo movimento social que aceita fazer parte dos canais institucionalizados de participação” (SOUZA, 2006, p. 334).

No contexto da discussão dos ativismos sociais, Souza chama atenção para as especificidades dos movimentos sociais, cuja principal característica é a consideração dialética de questões específicas locais e de questões estruturais globais:

[...] *movimento* social é um tipo especial de ativismo social, a saber: um que é particularmente ambicioso e crítico. [...] Diferente de um ativismo local “paroquial”, que opera mais ou menos como um mero grupo de pressão, a fim de preservar certos privilégios ou obter alguns ganhos no quadro geral do *status quo* econômico e político, e sem criticar o *status quo* como tal, os *movimentos* sociais atuam como “particularismos militantes”, que são, ao mesmo tempo ligados a experiências de lugares específicos e comprometidos com valores éticos “universais” mais gerais e objetivos políticos mais amplos. (SOUZA, 2006, p.340. Tradução da autora)

Ainda nesse contexto, para o autor, o *ativismo de bairro* e o *ativismo de favela* atualmente deixaram de ser relevantes e de desempenhar o papel importante que cumpriam nas décadas de 1960 e 1970, pressionando o Estado local:

Associações de bairro não costumam ir além do clientelismo, servindo como bastiões do “corporativismo territorial” para os moradores de classe média ou como estruturas para barganha política (troca de votos por pequenos favores) por parte dos pobres

² O autor desenvolve essa discussão no artigo *Together with the state, despite the state, against the state – social movements as 'critical urban planning agents'* (2006) e, mais recentemente, desdobra alguns de seus aspectos no artigo *Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?* (Parte 1 e parte 2, 2012).

- ou mesmo (e cada vez mais) como instrumentos nas mãos de traficantes de drogas nas favelas. (SOUZA, 2006, p. 331. Tradução da autora)

Considerando essas nuances, o presente artigo enfoca a atuação de grupos de moradores que compartilham uma mesma porção urbana, motivada por questões comunitárias referentes ao espaço cotidiano na escala microlocal³ e que chamarei aqui de *grupos de moradores de bairro e de favela*. O objetivo é evidenciar esse tipo específico de arranjo social e o modo como ele tem acontecido em algumas porções urbanas. Como exemplo, o caso de um grupo de moradores da Vila das Antenas, localizada no Morro das Pedras (Belo Horizonte), é apresentado resumidamente e discutido a partir da perspectiva da autora. Trata-se de um grupo que não se encaixa no formato tradicional de uma associação de moradores e que se encontra em um processo de construção crítica mais abrangente, para além das questões imediatas, que merece ser discutido.

O grupo se formou em 2009, independentemente da associação de moradores local e de outras instâncias formalizadas, com o objetivo inicial de resistir a um processo de intervenção imposto pelo poder público e seu corpo técnico. A intervenção consistia na construção de uma via de conexão entre duas avenidas, atravessando a Vila, o que implicava a remoção de parte da vizinhança. Nessa época, o grupo de moradores entrou em contato com dois grupos de pesquisa da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, que compartilhavam a crítica ao modo como as intervenções do poder público são propostas e implementadas em vilas e favelas. Os grupos MOM (Morar de Outras Maneiras) e LAGEAR, (Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica), dos quais a autora participa, acompanham e apoiam desde então o processo de auto-organização do grupo de moradores.⁴ Esse contato contribuiu para que o grupo passasse a discutir a relação entre as questões imediatas experimentadas pelos moradores (as propostas de intervenção e remoções) e as questões estruturais por trás

³ Utilizo o termo microlocal segundo a noção de escala (ou nível) apresentada por Marcelo Lopes de Souza. A escala microlocal "corresponde a recortes territoriais [...] que se referem a espaços passíveis de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano". (SOUZA, 2010, p.107)

⁴ É importante ressaltar que esses dois grupos de pesquisa trabalham com alternativas críticas à atuação do técnico ou do pesquisador como mediador, desenvolvendo instrumentos que propiciem a discussão, a articulação e a autonomia dos moradores.

delas (a atuação do Estado e da indústria imobiliária na produção do espaço urbano). A partir dessas discussões, ficou claro que a consciência histórica da construção socioespacial da Vila por parte dos moradores era um elemento crucial para uma organização mais abrangente e consistente.

Apesar da resistência que motivou inicialmente o agrupamento, dezenas de casas foram removidas e, depois de um processo burocrático que durou três anos, em 2011 a via foi construída. Desde então, o grupo (cujo núcleo permanente oscila entre 8 a 10 moradores) vem buscando meios para melhorar a sua articulação e eficácia política, propondo intervenções, eventos e atividades periódicas, além de resistir a outros processos heterônomos. O mais recente deles é um convênio entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), que ameaça remover parte da vizinhança que mora há décadas sob uma linha de transmissão.

O grupo se mantém ativo e, apesar de enfrentar dificuldades para uma articulação mais ampla, busca desenvolver um processo de construção de consciência histórica entre os moradores, discutindo suas condições enquanto grupo social e suas possibilidades. O objetivo desse processo é fortalecer a resistência às propostas do poder público e de imaginar alternativas para sua produção socioespacial.

Alguns aspectos da atuação desse grupo de moradores são especialmente importantes no contexto da presente discussão. Diferentemente de grupos comunitários cuja formação e atuação são estimuladas em processos conduzidos pelo Estado ou por outros agentes externos mediadores, o que motivou o agrupamento foi a crítica e a resistência à ação do poder público. No lugar de adotar uma postura reivindicativa, o grupo busca trabalhar com uma postura propositiva em relação aos seus próprios problemas, alertas aos riscos de cooptação. Apesar de suas ações não serem completamente coerentes entre si, apontando para uma mesma direção (*contra o Estado*), a crítica ao Estado vem sendo consolidada ao passo em que elas acontecem. Foi, por exemplo, a partir de um conflito com a prefeitura – que não permitiu o uso do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para a realização de um evento comunitário promovido pelo grupo – que atualmente seus integrantes percebem que, para uma gestão autônoma de

suas atividades, o ideal é que tenham seus próprios espaços ao invés de utilizarem edificações construídas e geridas pela Prefeitura na comunidade. O grupo vem utilizando, com cada vez mais frequência e sistematicidade, uma área livre localizada entre as moradias, que é equipada temporariamente pelos próprios moradores de acordo com o uso (cinema, auditório, biblioteca etc.).

Uma das principais dificuldades do grupo é articular outros moradores da vila nas discussões e atividades, engajando aqueles que ainda encontram-se resignados frente às intervenções do poder público. Essa falta de articulação, muitas vezes, fragiliza o grupo em situações de embate e o hiato que surge em relação aos outros moradores pode ser suficiente para que ele seja visto como responsável por propor melhorias na vizinhança. Ou seja, em vez de a ação do grupo ser vista como uma prática coletiva possível e com compensações diretas no cotidiano, alguns moradores tendem a reproduzir, em uma escala menor, a relação que se costuma ter com a figura do Estado.

Instrumentos participativos e democracia representativa

Instrumentos participativos vêm sendo implementados no planejamento e na gestão do espaço urbano, especialmente a partir da década de 1990 (Orçamento Participativo, Planejamento Participativo, Conselhos, dentre outros), como parte da rotina de algumas administrações municipais. Mais recentemente, em 2011, a administração municipal de Belo Horizonte passou a adotar a divisão do município em 40 territórios – denominados territórios de “gestão compartilhada” –, sob o discurso de ampliar as possibilidades de diálogo entre poder público e moradores (NABUCO, FERREIRA, ALMEIDA, 2011).

Embora os instrumentos citados acima existam com o objetivo declarado de ampliar a participação da população, eles não viabilizam que grupos de moradores atuem como instâncias de decisão microlocal – especialmente se esses grupos são constituídos por moradores que estruturalmente não têm poder econômico e político. Ainda que admitam alguma participação, que permitam a inserção de algumas demandas e o acompanhamento por parte

de representantes desses moradores, esses canais desembocam em procedimentos e rotinas conduzidos estritamente pelo aparato do Estado e seu corpo técnico. Um outro aspecto que caracteriza esses canais de participação e que impõe limites muito evidentes é o fato de utilizarem, de um modo geral, estruturas de democracia representativa e não de democracia direta. Considerando esse quadro, a divisão da cidade em territórios de “gestão compartilhada”, apresentada anteriormente, acaba servindo mais às rotinas administrativas que para viabilizar processos conduzidos por grupos organizados a partir de porções territoriais.

Os instrumentos de participação utilizados nos processos de planejamento e de gestão urbanos não reformulam a produção do espaço para além da produção capitalista e da organização política pautada na democracia representativa. Em relação a esse problema, Souza alerta que:

uma experiência participativa consistente *justamente por ser consistente*”, merece ser tratada com desconfiança e cautela (mesmo que seja positivamente valorizada, taticamente): afinal, muito mais que uma experiência fraca, é ela que pode iludir e desarmar mais, ao sugerir, tacitamente, pelos próprios resultados que pode gerar, que a “democracia” representativa é menos problemática do que de fato é. (SOUZA, 2012b, p.3)

Dessa maneira, os moradores urbanos (sejam eles moradores de vilas, ocupações ou bairros – salvo os casos de grupos com privilégios econômicos e políticos) são mantidos afastados dos processos de decisão e da possibilidade de problematização de aspectos da produção do espaço cotidiano.

Possibilidades contra o Estado

Souza (2006, 2012) defende a complementaridade crítica entre o que ele chama de *ação direta* (sociedade civil independente do poder público) e *luta institucional* (cooperação crítica e tática dos movimentos sociais com partidos não-conservadores que assumem o poder do Estado). Ou seja, não se trata de ignorar o Estado, mas de saber quando e como atuar em suas brechas conjunturais, mantendo sempre uma postura crítica em relação à sua estrutura heterônoma (SOUZA, 2012). A perspectiva *estadocrítica*, defendida pelo autor, envolve especialmente a crítica da estrutura heterônoma do aparelho do Estado. Apesar de poder apresentar mudanças

conjunturais na sua orientação, a essência da estrutura do Estado “reside na manutenção da ordem heterônoma (assimetria estrutural de poder, separação estrutural entre dirigentes e dirigidos), da qual ele é a principal expressão e um sustentáculo imprescindível.” (SOUZA, 2012a, p. 2).

A crítica defendida pelo autor é fundamental para a presente discussão e seu intuito de explorar meios para a ação direta como parte de um processo de transformação a partir da produção do espaço. Souza é um dos poucos críticos do planejamento urbano que se dedica à crítica radical do aparato do Estado. O pensamento marxista, que constitui a base de grande parte das críticas nesse sentido, não nega radicalmente o conjunto de instituições estatais durante o processo de transformação social. Já os anarquistas, que defendem que nesse processo de transformação ocorra o desmantelamento da estrutura do Estado, são abordados ora com superficialidade, ora sem radicalidade crítica (BALTAZAR DOS SANTOS, 2009) – sendo muitas vezes assimilados por neoliberalistas que defendem a substituição do Estado pelas corporações. Não se trata de reforçar a dicotomização entre Estado e sociedade civil ou de ignorar o Estado, mas de criticá-lo e de imaginar maneiras de se transformar a organização política vigente.

A crítica anarquista do Estado é frequentemente abordada como se fosse a defesa da destruição da estrutura política em favor de uma completa desorganização. No entanto, essa crítica pressupõe o desmantelamento do aparato do Estado em um processo de reorganização social e política. A proposta anarquista de negação desse aparato não implica desordem, mas sim abrir espaço para outra forma de organização social, que difere radicalmente dos moldes da democracia representativa. Trata-se de uma estrutura política baseada na autogestão e na democracia direta, na qual as pessoas podem de fato propor e decidir aspectos de sua organização.

Para Mikhail Bakunin (1814-1876), um dos teóricos do anarquismo clássico, o Estado envolve a abstração do interesse comum e público, sacrificando os reais interesses da população. O argumento de Bakunin contra o Estado se baseia também na premissa anarquista de solidariedade internacional, o que implica a negação do patriotismo e do conjunto de instituições que sustenta o aparato do Estado em seus diversos níveis (BAKUNIN, 1950). Colin Ward (1924-2010), autor anarquista contemporâneo, dedicou grande

parte de seu trabalho analisando criticamente as políticas sociais do aparato do Estado no contexto britânico. Para ele, as políticas promovidas pelo *welfare state* na Inglaterra, no século XX, inibiram as práticas de apoio mútuo que existiam entre os trabalhadores no século XIX. Essas práticas de apoio mútuo poderiam ter se desdobrado e, no lugar do *welfare state*, haveria o que o autor chama de *welfare society*. A inibição de práticas “voluntaristas e localistas”, como argumenta o autor, está relacionada à confiança no aparato do Estado como estrutura que pode solucionar os problemas sociais (WARD, 2000).

As classes trabalhadoras do século XIX, vivendo muito abaixo do limiar de cobrança de imposto, contribuíam voluntariamente com pequenas taxas toda semana para a manutenção de suas inumeráveis *friendly societies*. Os trabalhadores assalariados do século XX, assim como contribuem para o Seguro Social, pagam uma grande fatia de sua renda para sustentar o Estado. Tomamos o caminho errado para o *welfare*. (WARD, 2000, p.12. Tradução da autora)

Os dois teóricos, em diferentes momentos e contextos, apresentam ideias que se mostram pertinentes para a presente discussão. Ambos identificam o aparato do Estado como inibidor da proatividade da sociedade civil para questões concretas de interesse comum.

Se os instrumentos participativos estatais não vão ao encontro de uma prática política autônoma na produção do espaço cotidiano, é preciso discutir alternativas que contribuam para que grupos de moradores como o da Vila das Antenas possam se organizar, se articular e discutir coletivamente seus problemas e potencialidades, definindo os rumos da sua produção socioespacial. Isso não é tarefa simples, considerando que a lógica da representação é às vezes incorporada até mesmo por movimentos sociais potentes; que o “poder público” abstrato é reconhecido como o responsável por propor melhorias no espaço urbano; ou ainda, que os moradores muitas vezes desconhecem as regras do jogo e encontram dificuldades até mesmo para discutir com os próprios vizinhos problemas que lhes são comuns.

Instrumentos (interfaces) para a ação direta

Que características devem ter os instrumentos voltados para o processo de “superção da heteronomia” – como apontado por Souza (2006) – na

produção do espaço, tendo como enfoque a ação direta de grupos de moradores a partir da escala microlocal?

Ana Paula Baltazar dos Santos (2007, 2012, 2013) e Silke Kapp (2006, 2009) argumentam em favor de instrumentos condizentes com a autonomia das pessoas na produção do espaço a partir da noção de *interface*. Trata-se de um tipo de instrumento que dispensa mediadores (como arquitetos e outros especialistas da produção do espaço) e que viabiliza a continuidade da produção do espaço por parte dos habitantes, permitindo que eles problematizem suas decisões e ações enquanto usam e transformam os espaços. Outra característica importante é que uma interface opera como “instrumento de conexão e/ou separação que depende da interação dos usuários” (BALTAZAR, 2012) e que não determina as relações entre os agentes. Ou seja, ela não implica de antemão a dominação de um grupo sobre outro⁵.

As autoras abordam, no trecho seguinte, a produção de interfaces como elementos facilitadores do engajamento social, como alternativa crítica à atuação do técnico como mediador:

No lugar de estimular a competição e o fortalecimento de lideranças dentro das comunidades, o que geralmente resulta em propostas autoritárias de intervenções estruturais, nós propomos uma abordagem crítica que inclui a comunidade como um todo em um processo de automobilização, auto-organização e autogestão. No lugar de mediadores, nosso papel é projetar e oferecer interfaces para esse processo autônomo. Oferecer acesso à informação e meios para negociação é um primeiro passo para superar o macroplanejamento habitual, que cria uma dependência permanente da comunidade em relação ao Estado ou outra instituição tutelar. (KAPP e BALTAZAR, 2009 p. 21. Tradução da autora).

Os dois elementos que as autoras apontam como ponto de partida – *acesso à informação* e *meios para negociação* – serviram de base para a elaboração de uma interface na cidade de Conhonhas (MG), a Ituita (2012)⁶. O objetivo de apresentar esse caso não é restringir a discussão a

⁵ Notas de aula. *Arquitetura como interface*, ministrada pela professora Ana Paula Baltazar dos Santos no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. 1o semestre/2011.

⁶ A interface foi elaborada a partir de uma parceria entre o Lagear e o escritório Ópera. Para mais informações, ver: STRALEN, M. ; BALTAZAR, ANA PAULA ; MELGAÇO, Lorena ; ARRUDA, Guilherme . Congonhas Media Cascade - Ituita: A permanent urban interactive interface for citizenship. In: *eCAADe 2012: The 30th International Conference on Education and research in Computer Aided Architectural Design in Europe*, 2012, Praga. Proceedings of eCAADe 2012. Praga, 2012.

esse arranjo específico e sim explicar como esses elementos podem ser trabalhados na prática. A interface Ituita foi desenhada para viabilizar a discussão e o engajamento dos moradores acerca da produção espacial da cidade. Ela é composta por três painéis de LED interativos (localizados na praça central da cidade) conectados a um website. Nele, os moradores respondem a perguntas sobre questões referentes à escala da cidade, do bairro e da rua, escolhendo as cores verde (para positivo), amarelo (para indiferente) ou vermelho (para negativo), podendo também participar de um fórum de discussão online. As respostas são visualizadas graficamente nos painéis, evidenciando informações e posicionamentos que até então não eram percebidos de forma sistemática e pública. A interface – que ainda encontra-se em fase de teste – pode viabilizar um diagnóstico contínuo público, contribuindo para a discussão coletiva de problemas e de aspectos potenciais do espaço cotidiano por parte dos moradores.



Figura 1. Representação gráfica dos níveis de interação da interface. Fonte: Arquivo do Lagear (UFMG), 2012.

Instrumentos desse tipo, que viabilizam o acesso à informação e meios de negociação, podem contribuir para que grupos como o da Vila das Antenas levantem e problematizem questões socioespaciais, aumentando suas condições para a ação direta na formulação e na implementação de propostas. Mais amplamente, a investigação de interfaces pode avançar na direção apontada pela crítica anarquista, oferecendo meios para a experiência da democracia direta na escala microlocal, viabilizando a discussão e a tomada de decisão coletiva por parte dos moradores da cidade na produção do espaço cotidiano.

Referências

BAKUNIN, Mikhail. **Marxism, freedom and the state**. Londres: Freedom Press, 1950. [Escrito entre 1867-1872]. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/bakunin/works/mf-state/index.htm>>. Acesso em: jan. 2013.

BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula; KAPP, Silke. **Against determination, beyond mediation**. In: Florian Kossak; Doina Petrescu; Tatjana Schneider; Renata Tyszcuk; Stephen Walker. (Org.). *Agency: working with uncertain architecture*. Abingdon: Routledge, 2010, v. 1, p.31-41.

BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula. **Cyberarchitecture: the virtualization of architecture beyond representation towards interactivity**. Tese de doutorado em Arquitetura e Ambientes Virtuais, defendida na Bartlett School of Architecture, University College London, em março de 2009 (não publicada).

BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula. **Arquitetura como interface**. 2012. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/principal.html>. Acesso em: jan. 2013.

BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula; KAPP, Silke. **Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços**. *Impulso* (Piracicaba), v. 17, p. 93-103, 2006.

BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula. **Towards a virtual architecture: Pushing cybernetics from government to anarchy.** In: *Kybernetes*, Special Issue on Cybernetics and Design, Emerald, 2007.

FRANK, Ben. **New Right / New Left: an alternative experiment in freedom.** In Hughes and Sadler, *Non-plan*, 2000, pp. 32–43.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. **Retrying autonomy: a perspective of development beyond participation.** Apresentado no congresso: *Latin American Studies 58th Annual Conference: The Urban Divide in Latin America: Challenges and Strategies for Social Inclusion*. Gainesville/ EUA, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço** [1974]. Trad. Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4^o éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: incício - fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **The survival of capitalism.** Reproduction of the relations of production. Londres: Allison and Busby Limited, 1973.

NABUCO, Ana Luiza; FERREIRA, Rodrigo Nunes; ALMEIDA, Maria Cristina. **Territórios de Gestão Compartilhada na cidade de Belo Horizonte: descrição da metodologia utilizada e perspectivas de uso da nova regionalização.** XV Seminário sobre a economia mineira. Cedeplar, Diamantina, 2012. Disponível em: <<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/territorios-de-gestao-compartilhada>>. Acesso em: jan. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?** (1^a parte). Publicado originalmente na página do jornal Passa Palavra em 27 de Abril de 2012a. *Lastro*. UFSC, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese?** (2^a parte). Publicado originalmente na página do jornal Passa Palavra em 27 de Abril de 2012b. *Lastro*. UFSC, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao*

planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Together with the state, despite the state, against the state – social movements as ‘critical urban planning’ agents’.** CITY, vol. 10, no. 3, Dez. 2006.

WARD, Colin. **The welfare road we failed to take.** Social Policy: an anarchist response. Londres: Freedom Press, 2000.